

Os silêncios de Clio ou a (in) visibilidade das homossexualidades nos estudos históricos brasileiros

ELIAS FERREIRA VERAS*

Nos últimos quarenta anos, as homossexualidades no Brasil foram tema de pesquisa presente, quase que exclusivamente, nos estudos antropológicos e sociológicos. Os silêncios da história não deixam de ser surpreendentes se lembrarmos de que, desde a segunda metade do século XX, a escrita da história, seja aquela praticada a partir de uma perspectiva marxista, seja aquela afinada com o pensamento da escola dos *Annales*, introduziu em cena uma série de novos sujeitos, novas abordagens e novas problemáticas.

Todavia, os silêncios de Clio que parecem ecoar o “pensamento heterossexual”¹ (WITTIG, 2006) predominante estão sendo timidamente rompidos na produção histórica. Nessa comunicação, sugiro que apesar de ocupar um lugar marginal na historiografia brasileira (este simpósio, por exemplo, não apresenta nenhuma conferência, mesa redonda, simpósio temático ou minicurso sobre a temática), a homossexualidade como tema de reflexão acadêmica tem despertado o interesse de alguns/as historiadores/as. A história estaria “saindo do armário”?²

Aparentemente, mesmo que tardio e não sem resistências, esse despertar de Clio do seu longo sono heteronormativo (BUTLER, 2003) está relacionado a uma série de transformações políticas engendradas pelos movimentos sociais nas últimas décadas (feministas e de lésbicas, gays e trans, por exemplo), assim como às mudanças epistemológicas no cerne dos estudos em história, com destaque para a emergência das

*Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Cultural, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsita CAPES. Email: eliahistoria@yahoo.com.br

¹ No começo dos anos de 1980, a filósofa, poeta e ativista lésbica Monique Wittig revolucionou o campo dos estudos feministas com a publicação do texto “O pensamento heterossexual” (1978), no qual analisa a heterossexualidade, não como prática sexual, mas como regime político, ou seja, como dispositivo político que consiste em uma pluralidade de discursos sobre as ciências humanas que produzem e instauram heteronormas em matéria de sexo e de gênero (WITTIG, 2006).

² Expressão utilizada na comunidade LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) que designa o ato de assumir publicamente sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

relações de gênero como objeto de análise histórica (SCOTT, 1990) e aos efeitos da teoria *queer*³ nestes processos.

Dois instrumentos de pesquisa produzidos pelo historiador James N. Green lançam luz sobre a (in) visibilidade das homosociabilidades nos estudos históricos, desnudando seus paradoxos. O primeiro deles, “Homossexualidade no Brasil...” (2003), escrito em parceria com as pesquisadoras Lance Arney e Marisa Fernandes, corresponde a uma bibliografia anotada (parcial, como faz questão de lembrar as/o organizadoras) acerca da produção intelectual sobre homossexuais, lésbicas e travestis desenvolvidos nas áreas de História e de Ciências Sociais entre décadas de 1980 e 1990. O segundo, “Frescos Trópicos...” (2006), organizado juntamente com Ronald Polito trata-se de uma compilação de trechos de fontes históricas (registros policiais, tratados médicos, revistas e jornais) sobre a homossexualidade masculina no Brasil de 1870 a 1980.

Durante a leitura dos guias de pesquisa, o/a leitor/a perceberá que a antropologia foi pioneira na transformação das experiências homossexuais em reflexão acadêmica, rompendo, desse modo, com a produção médica e jurídica moralista e preconceituosa das décadas anteriores aos anos de 1970.

Os antropólogos Peter Fry, professor da Universidade de Campinas - UNICAMP, que na década de 1970 iniciou um debate sobre gênero e homossexualidade a partir de suas pesquisas sobre o comportamento sexual entre homens da cidade de Belém, no estado do Pará; e Luiz Mott, professor aposentado de antropologia da Universidade Federal da Bahia - UFB e fundador do grupo gay mais duradouro do país, o Grupo Gay da Bahia – GGB, são lembrados como pioneiros dos estudos sobre as homossexualidades no Brasil.

Fry e Mott são homossexuais, assim como Green. Do mesmo modo que aqueles antropólogos, o historiador também esteve envolvido com o movimento homossexual brasileiro, o que nos leva a inserir a emergência dos estudos sobre a homossexualidade

³ A teoria/política *queer* insere-se num contexto (anos 1990) marcado por uma série de mudanças sociais - as reivindicações políticas das minorias sexuais - e epistemológicas, notadamente de inspiração pós-estruturalista, tendo como principal alvo de crítica a racionalidade moderna centrada nos binarismos e as fronteiras tradicionais de gênero e de sexo estabelecidas e reiteradas pela heterormatividade compulsória (BUTLER, 2003). Constitui-se, desse modo, a relação conflituosa entre os movimentos feministas, homossexuais (compreendidos aqui em suas multiplicidades e contradições) e a produção acadêmica (LOURO, 2001).

no bojo das transformações políticas e sociais que marcaram o país nas décadas de 1970/80 (GREEN, 2000; TREVISAN, 2011).

Assim, do mesmo modo que as mulheres, que a partir da crítica feminista se fizeram protagonistas da História e da escrita da história, reparando uma tradição historiográfica que as invisibilizava como sujeitos históricos na medida em que universalizava o masculino (PERROT, 2005; SOIHET; PEDRO, 2007), os homossexuais começaram a produzir conhecimento sobre as experiências homossexuais. João Bôsco Hora Góis (2003) argumenta que:

Isso representou uma guinada significativa na perspectiva de análise da questão, assim como também aglutinou temas diametralmente opostos daqueles estudados em momentos anteriores. Dessa forma, abandonando a busca das origens ou das causas da homossexualidade e das suas supostas consequências maléficas, partiu-se para uma reflexão sobre a construção social dos significados associados a ela e das dificuldades enfrentadas pelos homossexuais na sociedade brasileira (p. 290).

O deslocamento do olhar observado por Góis foi acompanhado pelo deslocamento na produção de fontes sobre o “universo” homossexual. Como lembram os autores de “Frescos Trópicos...”:

(...) o deslocamento de fontes médico-policiais para fontes jornalísticas é um bom indicador das mudanças pelas quais passaram os homossexuais masculinos na sua longa trajetória, ainda longe de ser concluída, em busca de respeito e considerações sociais (GREEN; POLITO, 2006:19).

Ou seja, até a década de 1970, os registros sobre as experiências homossexuais foram produzidos predominantemente pelo campo médico e policial, sendo “raríssimos aqueles que ousaram deixar testemunhos de próprio punho acerca de sua condição, pelo menos até os anos de 1960” (GREEN; POLITO, 2006:17). Já na década de 1970, “se vê nascer um movimento de implicações políticas encabeçadas pelos homossexuais”, marcado pela proliferação de fontes produzidas pelos próprios homossexuais.

Contudo, os dois instrumentos de pesquisa aqui discutidos apresentam um paradoxo: enquanto “Frescos Trópicos...” reúne uma infinidade de fontes históricas a

respeito das experiências homossexuais, “Homossexualidade no Brasil...” apresenta apenas dois trabalhos produzidos no campo historiográfico: “Homossexualismo: mitologias científicas...”, de Celeste Zenha Guimarães (1994) e “Reinventando o sonho...”, de Cláudio Roberto da Silva (1998).

Enquanto antropólogos/as e sociólogos/as se debruçavam sobre as novas personagens que “entravam em cena” e pesquisadoras reescreviam a história a partir da inserção das mulheres, incidindo no “questionamento sobre as transformações da sociedade, o funcionamento da família, o papel da disciplina e das mulheres, o significado dos fatos, lutas e gestos cotidianos” (MATOS, 1997:89), a maioria dos/das historiadores/as mantinha silêncio a respeito da barulhenta presença dos homossexuais, que assumiam cada vez mais visibilidade na sociedade brasileira a partir da década de 1980, com o surgimento da Aids.

Os silêncios de Clio a respeito das homossexualidades podem ser explicados, em parte, pelos mesmos motivos que excluíram as mulheres da escrita da história. No artigo “Emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero” (2007), Joana Maria Pedro e Raquel Soihet argumentaram que a tardia utilização no campo da história das categorias analíticas “gênero” e “mulher” deveram-se, em grande parte, “ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria ‘homem’. Acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas.” (p.284).

Assim, apesar das resistências às reflexões sobre gênero encontradas na disciplina história, que se amparavam na acusação de que os estudos de gênero são uma “história militante e, portanto, não ‘científica’ (...), mesmo quando há muito já se abandonou a certeza da neutralidade” (PEDRO, 2011:22), foram indiscutíveis os efeitos político-epistemológico dos movimentos feministas na renovação temática e metodológica da historiografia brasileira.

Embora Góis (2003), tenha argumentado em artigo sobre os desencontros entre os estudos de gênero e os estudos homoeróticos no Brasil que existia uma ausência de

diálogo intelectual entre os campos em questão, marcado por uma “(quase) ausência” do debate sobre a categoria gênero nos estudos produzidos acerca das homossexualidades, assim como uma ausência de trabalhos sobre lésbicas, gays, travestis e transexuais em dois dos principais periódicos feministas e de gênero brasileiros (*Revistas Estudos Feministas* e *Cadernos Pagu*), é possível afirmar que, contrariando as perspectivas pessimistas de Góis, a década de 2000 marcou uma aproximação entre os estudos de gênero e os trabalhos sobre as homossexualidades.

A proliferação, a partir dos anos 2000, de trabalhos acadêmicos sobre o “universo travesti” (BENEDETTI, 2005), que empregaram a categoria “gênero” como categoria de análise - embora a mesma tenha sido utilizada a partir dos referenciais teóricos da teoria *queer* e não de Joan Scott; os simpósios temáticos relacionados ao “universo” LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais) ofertados durante as edições do “Fazendo o Gênero”⁴; assim como os dossiês sobre o “universo travesti” e LGBTT publicados, respectivamente, na *Revista de Estudos Feministas* (Vol. 20 n.2/2012) e *Cadernos Pagu* (n.28/2007), parecem, parafraseando Góis, constituir uma evidência significativa da presença de interlocução entre os dois campos, o que certamente, não elimina suas contradições, conflitos, disputas e tensões.

E quanto à produção histórica, como este se configura, uma década depois da publicação dos instrumentos de pesquisa citados acima e, principalmente, depois do lançamento do livro “Além do Carnaval...”, pesquisa histórica pioneira de James N. Green (2000) sobre a subcultura gay nos Brasil ao longo do século XX?

O levantamento parcial das pesquisas produzidas no campo da história aponta para a íntima solidariedade entre as historiadoras ligadas à História das Mulheres e das Relações de Gênero e as pesquisas sobre as homosociabilidades. É interessante observar ainda como o pensamento do filósofo Michel Foucault atravessa esses dois campos.

⁴ Em setembro de 2013 acontecerá em Florianópolis, Santa Catarina, o 10º “Seminário Internacional Fazendo Gênero: Desafios Atuais dos Feminismos”. O evento será promovido pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas, pelo Centro de Comunicação e Expressão, bem como por outros Centros da UFSC, em parceria com o Centro de Ciências Humanas e da Educação da UDESC. Mais informações sobre o evento em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br>

A dissertação “A metamorfose encarnada: travestismo em Londrina (1970-1980)” de José Carlos de Araújo Junior (2006) e a tese “Lota Macedo Soares e Elizabeth Bishop: amores e desencontros no Rio dos anos 1950-1960”, de Nadia Cristina Nogueira (2005), ambas orientadas por Margareth Rago. A tese “O homossexual *respeitável*: elaborações, impasses e modo de uma experiência subjetiva”, de Eduardo Moreira Assis (2011), orientada por Denise Sant`Anna. A tese “De Daniele a Chrysóstomo: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena”, de Rita de Cássia Colaço Rodrigues (2012), orientada por Raquel Soihet.

As pesquisas desenvolvidas por Tânia Navarro Swain, que abordam epistemologia feminista, gênero e história, com destaque para as experiências das mulheres lésbicas. Os textos escritos por Durval Muniz de Albuquerque Junior, como “A pastoral do silêncio...” (2011), “Amores que não têm tempo...” (2010), “Epifanias da homoafetividade...” (2008), “No Ceará tem disso não?” (1999), “Trilhas urbanas, armadilhas humanas” (1998).

E ainda, as pesquisas de doutorado/mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, particularmente, na linha de pesquisa “Relações de Poder e Subjetividades”: “As sexualidades desviantes através das páginas policiais do *Jornal Diário Catarinense* (1986-2006)”, de Igor Henrique Lopes de Queiroz; “Homofobia na mídia: história recente da consolidação de uma demanda social”, de Maurício Pereira Gomes; “A performatividade do cárcere: uma possibilidade de trânsito no intransitável”, de Camila Diane Silva; além daquela desenvolvida por este pesquisador: “Além do paetê: produção discursiva e subjetividades travestis em Fortaleza – CE (1970-2000)”, orientadas, respectivamente, por Cristina Scheibe Wolff, Janine Gomes da Silva, Roselane Neckel e Joana Maria Pedro.

Ao destacar os nomes das orientadoras, não pretendo inserir esses trabalhos em uma genealogia do matriarcado, mas apontar que a despeito das resistências, das dificuldades, dos conflitos, das diferentes concepções de gênero que fazem da escrita da história uma arena de disputas políticas e, sobretudo, de transformação social, as historiadoras ligadas à história das relações de gênero têm acolhido os estudos das

homossexualidades e enfrentado os desafios de reescrever a história a partir de outros paradigmas.

Todavia, apesar da maior recepção dos temas relacionados às homossexualidades pelos programas de história, nos quais se constata a presença de historiadoras ligadas aos movimentos feministas e, embora a história tenha incorporado gênero como categoria de análise, os pressupostos interpretativos baseados na dicotômica dos gêneros continuam a nortear a disciplina, repetindo “incansavelmente a existência binária de gêneros fundados em corpos sexuados” (SWAIN, 2008:35).

Nesse sentido, o diálogo com as teóricas *queer* pode contribuir para ampliação dos limites dos estudos de gênero, ao enfatizar, por exemplo, os perigos do essencialismo.

Judith Butler é a teórica *queer* que assumiu maior visibilidade no Brasil. No seu livro “Problemas de gênero” (2003), a filósofa empreende uma crítica radical à política de identidade construída por parte do movimento feminista, por considerá-la essencialista, naturalizante e assimilacionista. Embora compreenda o lugar estratégico dessa política na afirmação e na ocupação de (outros) lugares políticos/sociais, a autora se pergunta se a política de identidade também não produziu um efeito regulador e excludente ao afirmar, contornar, limitar, restringir uma posição de sujeito unificadora.

Contudo, se Butler avançou na questão da performatividade dos gêneros, inspirando diversos trabalhos no Brasil, a filósofa Beatriz Preciado, vem assumindo significativa visibilidade no cenário nacional. Segundo a autora:

O gênero não é simplesmente performativo, (quer dizer, um efeito das práticas culturais linguístico-discursivas) como havia querido Judith Butler. O gênero é antes de tudo, protético, quer dizer, não se dá na materialidade dos corpos. É puramente construído e ao mesmo tempo inteiramente orgânico. Escapa às falsas dicotomias metafísicas entre corpo e alma, forma e matéria (2011:21, tradução minha)

Ou seja, a noção de gênero como “primeiro modo de dar significado às relações de poder e um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1990), expandiu-se, refez-se, desfez-se.

Se, conforme pensada por Joan Scott, a categoria “gênero” promoveu uma crise na historiografia tradicional nos anos de 1990, não resta dúvida de que, no alvorecer do novo milênio, é a própria categoria gênero que está em crise. Contudo, contenhamos as lágrimas. Nos “combates pela história”, Clio-Fênix quase sempre ressurgem preche de outras histórias possíveis.

Assim, se as mulheres interrogaram a historiografia a respeito da sua invisibilidade, interpelando o paradigma da história baseado na universalidade do masculino, os estudos sobre o “universo” homossexual também partiram do questionamento da invisibilidade do sujeito homossexual, lésbico, travesti e transexual. Contudo, esses estudos não interpelam, porém, apenas a universalidade do masculino, mas também a universalidade da matriz heterossexual.

Como alerta Tânia Navarro Swain (2008) o silêncio da história acerca das experiências das mulheres e das homossexualidades é um “silêncio político”. Quebrar esse silêncio significa fazer uma releitura das fontes utilizadas nas narrativas históricas, uma vez que sabemos que não se trata da inexistência de fontes sobre esses sujeitos, bem como realizar uma crítica ao fazer historiográfico tradicional.

Essa crítica, no entanto, não objetiva reivindicar uma história que privilegie o sujeito homossexual ou uma história baseada apenas na visibilidade dos homossexuais – escutemos Joan Scott (1998) e sua crítica à “visibilidade da experiência” -, afinal, décadas de pesquisas desenvolvidas pela História das Mulheres e das Relações de Gênero ensinou aos/as historiadores/as contemporâneos/as, mesmos/as os/as mais surdos/as às novas abordagens, os/as mais apegados/as aos velhos paradigmas, que a história é construída de modo relacional.

A potência dos estudos sobre as homossexualidades, especialmente no campo da história - o mais resistente à temática - está, dentre outras possibilidades, na crítica à heterossexualidade como norma (BUTLER, 2003), como regime político (WITTIG, 2006) que produz compulsivamente homens e mulheres definidos a partir dos seus sexos biológicos – estes também culturalmente construídos -, operação fundante das desigualdades entre os sexos, que exclui homossexuais, lésbicas, travestis e transexuais não apenas da escrita da história, mas da própria condição de humanos.

Referências bibliográficas

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

GATTI, José. Mais amor e mais tesão: a história da homossexualidade no Brasil". **Revista Estudos Feministas**, v. 7, n. 2, p. 145-163, 1999. Entrevista com James Green.

GOIS, João Bôsko Hora. Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. **Revista de Estudos Feministas**. vol.11, n.1, p. 289-297, 2003.

GREEN, James. **Além do Carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

GREEN, James; POLITO, Ronald. **Frescos Trópicos**: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980). Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

L. Arney, M. Fernandes, J. N. Green. Homossexualidade no Brasil: uma bibliografia anotada. **Cad. AEL**, v.10, n.18/19, 2003.

WITTIG, Monique, **El Pensamiento heterosexual y otros ensayos**, Madrid, Egales, 2006.

MATOS, M. Izilda S. Outras histórias: as mulheres e estudos de gênero – percursos e possibilidades. In: Maria Izilda Santos de Matos e Maria Angelica Soller. (Org.). **Gênero em Debate**. São Paulo: EDUC, p. 83-114, 1997.

NAVARRO-SWAIN, T. História, construção e limites da memória social. In: Margareth Rago; Pedro Paulo Funari. (Org.). **Subjetividades antigas e modernas**. São Paulo: Annablume, v. p. 26-45, 2008.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, vol.24, n.1, p.77-98, 2005.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contra-sexual**, Madrid, Opera Prima, 2002.

_____. **Testo yonqui**, Madrid, Espasa, 2008.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez., 1990.

_____. A Invisibilidade da Experiência. **Projeto História**, nº 16, São Paulo, p.303-304, 1998.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira História**, vol.27, n.54, p.281-300, 2007.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro, Record, 2011.